

Braga de Macedo.

“O ministro das Finanças em Portugal não tem poder. É um atentado à democracia”

O professor alerta para a urgente revisão dos procedimentos orçamentais e acredita que Portugal tem potencial para crescer

BRUNO FARIA LOPES
bruno.lopes@ionline.pt

Braga de Macedo recebe o *i* no antigo salão de bailes do Palácio Burnay, onde agora funciona o Instituto de Ciência e Investigação Tropical, que o ex-ministro das Finanças de Cavaco Silva lidera. Os tempos são difíceis para a economia portuguesa, mas o professor de Economia da Universidade Nova de Lisboa não se deixa abater: Portugal tem hipóteses de criar mais riqueza, desde que haja coragem para assumir medidas duras e ver mais à frente. O principal problema, sublinha, é institucional: sem um ministro das Finanças forte e que se bata pelo bom uso do dinheiro dos contribuintes, a tendência será continuar a gastar mal.

A crise grega aumentou os receios dos investidores face à dívida pública portuguesa. Corremos o risco de falir?

Tudo vai depender do que entendemos como resolução da Grécia. Olhando para a história antiga e recente, vemos que estamos no grupo de países periféricos, como Espanha e a Grécia, mas distinguimo-nos de um e de outro de uma forma muito clara: aumentámos o rating (classificação da qualidade da dívida soberana portuguesa) 33 pontos [entre 1979 e 2008] e os outros dois países 19 pontos. Ganhamos mais. Logo, também podemos perder mais. Vai depender de como nos conseguirmos diferenciar. Isto é um aviso à navegação. É possível que a situação grega se resolva bem, mas resolver bem a Grécia não é resolver bem Portugal. Pode acontecer que os investidores fiquem nervosos e queiram ver qual é o próximo. O que aconteceu com as taxas de câmbio nos anos 90, com o subprime nos EUA – em que se discutia se o problema abrangia apenas os devedores mais pobres, mas em que todos acabaram por pagar – vai agora suceder aos estados soberanos. Neste momento, os investidores estão à coca, assim, não se trata apenas de ser sólido – mas também de parecê-lo.

A zona euro deixaria cair um dos seus estados-membros em incumprimento, com os riscos que isso traria à economia da moeda única?

Eu digo que o pior para a zona euro é o chamado “chico esperto”. A solidariedade tanto pode ser para resolver o problema grego como para deixar outros resolverem. Há vários tipos de supervisão e de coacção sobre os estados. Nos anos 80 houve a possibilidade de dizer à Gré-

cia: os senhores são europeus e nós gostamos muito, mas casos de urgência extrema nós não trabalhamos – essa especialidade é ali em Washington (Fundo Monetário Internacional).

Mas se fosse o FMI a ter de acorrer à Grécia, os investidores não fugiriam de imediato da dívida portuguesa, precipitando uma crise em Portugal?

Isso é possível. E vai depender da credibilidade da Grécia. Portugal tem de estar inquieto com o que acontece à Grécia. E tem de tratar das coisas que pode fazer e olhar com cuidado a solução adoptada para a Grécia, que pode passar pelo FMI. O que estou a tentar dizer é que não é necessariamente mau a União Europeia dizer que a Grécia está muito endividada e por isso pedir ajuda ao especialista. Portugal não é uma Grécia, de maneira nenhuma, mas se começar a pensar que as balas não o atingem...

Pode tornar-se uma Grécia...

“Portugal tem de estar inquieto com o que acontece à Grécia. Se começar a pensar que as balas não o atingem... corre o risco de se tornar uma Grécia”

“É evidente que, qualquer que seja a especialidade profissional do primeiro-ministro, não é Finanças”

“Um ministro das Finanças com poder é uma garantia para o contribuinte”

Há esse risco.

Temos de resolver os nossos problemas. Na parte orçamental, por onde começar?

Uma falha grave está nos procedimentos orçamentais, que têm a ver com o poder dos vários intervenientes: o governo, e particularmente o ministro das Finanças, o Parlamento e o Tribunal de Contas. Isto é uma área da maior importância – que eu próprio subestimei um bocadinho quando estive no governo –, porque no fundo isto é o poder que o ministro das Finanças tem. Ora há indicações de que, quando comparado com outros ministros das Finanças, o ministro português é o que tem menos poder. Mesmo que tenha ideias e queira fazer política orçamental não consegue.

Qual é a razão dessa falta de poder?

O ministro português não tem poder. Mandam-no calar. O ministro das Finanças normalmente é considerado o “Senhor Não”. E aqui não é assim porque ninguém liga nenhuma. Portanto, das duas uma: ou o primeiro-ministro também tem perícia financeira – esse era certamente o caso quando eu estive no governo –, ou então não tem, e o poder do ministro das Finanças é mau. Extraordinário é que já ouvi respostas como: “Não, é que já houve aqui uma ditadura, até parece que era de um ministro das Finanças.” É realmente uma confusão histórica monumental. Porque um ministro das Finanças com poder é uma garantia para o contribuinte. Quando o ministro não tem poder cria-se uma situação do género: “Alguém que pague, depois logo se vê.” Mas não há alguém cuja cara seja: “Eu sou aliado dos contribuintes.”

O ministro acaba por ficar dependente da cobertura política que o primeiro-ministro entender dar-lhe. Foi assim no seu tempo (1991-93), com Cavaco Silva?

Sim, mas no meu tempo o primeiro-ministro tinha sido ministro das Finanças e a área dele era a Economia Pública. O que não se verifica agora.

Penso que é evidente que qualquer que seja a especialidade profissional do actual primeiro-ministro não é Finanças.

Dê-me então dois exemplos desse poder que o ministro das Finanças em Portugal deveria ter.

Há três fases do processo orçamental, e a primeira é de preparação do documento. Eu, por exemplo, choquei muito os meus colegas de governo porque distribuí o orçamento no conselho de ministros e depois tirei outra vez o mapa (de despesa). Levei-o comigo outra vez. Ora bem, há países em que o tipo que não recolhe o documento vai para a cadeia. Na tradição britânica chamam-lhe “purdah”: o isolamento total do ministro das Finanças na fase de preparação do Orçamento. Se ele atende um telefonema de um ministério gastador não está a exercer a sua função.

E essa independência não existe em Portugal?

O ministro das Finanças, para poder dizer que não quando prepara o documento, tem de estar acima dos ministérios gastadores. Aqui não é assim. “Ah, mas este homem das Obras Públicas é importantíssimo, é um Duarte Pacheco muito grande.” “Ah, este agora quer fazer a quarta ponte, ou a quinta, ou o sétimo comboio, ou o décimo quinto hospital, a vigésima sétima escola politécnica. Não diga que não.” Depois há o momento em que o documento entra no Parlamento. E então aí – em que passa a estar nas mãos da maioria que o apoia – a questão é qual o papel que o ministro tem em dizer: “Meus amigos, isto foi garantido em Conselho de Ministros.” É o ministro que faz isto ou é o primeiro-ministro com o líder da oposição? E depois há a situação em que o ministro das Finanças apresenta um Orçamento Rectificativo e analisa o que se passou efectivamente: qual é o grau de responsabilização? Se ele só é responsabilizado pelos erros, mas não nas fases prévias, então não tem poder. O FMI em 2004 disse que Portugal é o país que tem o processo orçamental mais fragmentado da União Europeia. Em 2006 houve um novo estudo feito pelo FMI e pela Comissão Europeia, em que chegaram à conclusão que em termos de regras numéricas Portugal tinha melhorado muito ligeiramente em 2002, com a Dama de Ferro, mas que estava numa situação praticamente igual a não haver regras. O ministro das Finanças em Portugal não tem poder. Eu acho que isto é um atentado à democracia.

Porque quem paga somos nós.

Por isso mesmo. É porque, no fundo, equivale a dizer: “Meus amigos, não se importem que nós vamos fazer coisas, mas depois não perguntem como pagamos porque isso são os outros.” Mas não são os outros!

Se temos de dar sinais aos investidores internacionais e às agências de rating do tipo de despesa pública que podemos cortar sem arriscar o prolongamento da recessão?

Os trabalhos recentes do FMI ilustram na perfeição o multiplicador das despesas públicas, ou seja, o efeito que a despesa tem na economia. A sua dimensão é muito debatida, mas há uma coisa em que toda a gente está de acordo: quanto mais dívida há, mais pequeno fica o multiplicador. Se Portugal já está com um problema de endividamento (não tão grave como o de outros países, mas já é grave), se a diferença entre receitas e des-

continua na página seguinte >>